



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA SEAD/UEPB
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS
MODALIDADE À DISTÂNCIA**



AMANDA MARTINS DA SILVA

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO DE
LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

SANTA LUZIA-PB

2026

AMANDA MARTINS DA SILVA

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO DE
LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Língua Portuguesa e Linguística do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial da obtenção do título de licenciada em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador: Prof.^o. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva

Santa Luzia - PB

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586v Silva, Amanda Martins da.

A variação linguística e o preconceito linguístico
no ensino de língua portuguesa no ensino fundamental /
Amanda Martins da Silva. - João Pessoa, 2026.
17 f. : il.

Orientador: Henrique Miguel de Lima Silva.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas Letras e artes,
2026.

1. Variação linguística. 2. Preconceito linguístico.
3. Ensino de língua portuguesa. 4. Sociolinguística
educacional. 5. Ensino fundamental. I. Silva, Henrique
Miguel de Lima. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 81'27

AMANDA MARTINS DA SILVA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AMANDA MARTINS DA SILVA

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO DE
LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Língua Portuguesa e
Linguística do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da
Paraíba, na modalidade a distância, como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Letras – Língua Portuguesa.**

João Pessoa, 30 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **HENRIQUE MIGUEL DE LIMA SILVA**
Data: 30/06/2026 12:16:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Orientador(a) Dr. Henrique Miguel de Lima Silva;

Documento assinado digitalmente
 **DANIELLI CRISTINA DE LIMA SILVA**
Data: 30/06/2026 14:35:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) 1 Me. Danielli Cristina de Lima Silva;

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIA BARROS GIBSON SIMOES**
Data: 30/06/2026 15:32:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) 2 Dra. Antônia Barros Gibson Simões;

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS TULIO FERNANDES**
Data: 30/06/2026 15:04:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) 2 Dr. Marco Túlio Fernandes

Documento assinado digitalmente
 **FABIOLA JERONIMO DUARTE DE LIRA**
Data: 30/06/2026 14:49:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) 2 Me. Fabíola Jerônimo Duarte de Lira

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a variação linguística e o preconceito linguístico no ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, refletindo sobre os desafios enfrentados no ambiente escolar e a importância de uma abordagem sociolinguística no processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos de Marcos Bagno, Stella Maris Bortoni-Ricardo e outros autores da Sociolinguística educacional, além de documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A análise evidencia que, embora a variação linguística seja reconhecida como objeto de ensino pela BNCC, ainda há práticas pedagógicas que privilegiam exclusivamente a norma-padrão, contribuindo para a manutenção do preconceito linguístico na escola. Nesse sentido, autores como Bagno (2007) destacam que o preconceito linguístico está diretamente ligado às desigualdades sociais, enquanto a Sociolinguística educacional propõe uma pedagogia da variação como forma de valorização das diferentes formas de uso da língua. Os resultados indicam a necessidade de uma formação docente mais crítica e de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade linguística dos estudantes, promovendo um ensino mais inclusivo e democrático. Conclui-se que o combate ao preconceito linguístico é fundamental para a construção de uma educação linguística mais justa, que respeite as identidades socioculturais dos alunos.

Palavras-chave: variação linguística; preconceito linguístico; ensino de Língua Portuguesa; Sociolinguística educacional; Ensino Fundamental.

.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relationship between linguistic variation and linguistic prejudice in Portuguese Language teaching in Elementary School, reflecting on the challenges faced in the school environment and the importance of a sociolinguistic approach in the teaching-learning process. The research is characterized as bibliographic, with a qualitative approach, based on studies by Marcos Bagno, Stella Maris Bortoni-Ricardo, and other authors of Educational Sociolinguistics, as well as official documents such as the National Common Curricular Base (BNCC). The analysis shows that, although linguistic variation is recognized as an object of teaching by the BNCC, there are still pedagogical practices that exclusively favor the standard norm, contributing to the maintenance of linguistic prejudice in schools. In this sense, authors such as Bagno (2007) emphasize that linguistic prejudice is directly linked to social inequalities, while Educational Sociolinguistics proposes a pedagogy of variation as a way to value the different forms of language use. The results indicate the need for more critical teacher training and pedagogical practices that value students' linguistic diversity, promoting more inclusive and democratic teaching. It is concluded that combating linguistic prejudice is fundamental to building a fairer linguistic education that respects students' sociocultural identities.

Keywords: linguistic variation; linguistic prejudice; Portuguese Language teaching; Educational Sociolinguistics; Elementary School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
2.1 Variação linguística e preconceito linguístico	8
2.2 O preconceito linguístico no ambiente escolar	9
2.3 Sociolinguística e ensino de Língua Portuguesa	11
2.4 O papel da escola e dos documentos oficiais no combate ao preconceito linguístico .	12
3 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

A língua portuguesa não é uma só. Ela é social, histórica, cultural e muda o tempo todo. Essa diversidade aparece na variação linguística: fenômeno natural que faz as pessoas falarem diferente conforme a região, a classe social ou a situação. Mesmo assim, ainda é comum ouvir que certas formas de falar são "erradas". Esse julgamento alimenta o preconceito linguístico, principalmente dentro da escola. Por isso, é urgente discutir qual papel a escola tem na valorização dos jeitos de falar que existem no Brasil.

No Ensino Fundamental, a escola define grande parte da formação linguística do aluno. Cabe a ela criar práticas que reconheçam a pluralidade e combatam a discriminação pela linguagem. Mas isso ainda é um desafio. Sousa e Carvalho (2025, p. 18) verificaram que ‘a variação linguística ainda ocupa um espaço reduzido nos materiais didáticos analisados. Embora o tema esteja presente, a maior parte das atividades continua voltada para o ensino das regras gramaticais, deixando em segundo plano discussões sobre a diversidade linguística e sua relação com aspectos sociais e culturais’. Segundo os autores, essa abordagem limita a compreensão da língua em sua pluralidade e dificulta a promoção de uma educação linguística mais crítica e alinhada aos pressupostos da Sociolinguística Educacional.

Conforme destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), o ensino de Língua Portuguesa deve possibilitar ao aluno compreender a língua como um instrumento heterogêneo e dinâmico, reconhecendo as diferentes variedades linguísticas existentes no país. Os documentos oficiais enfatizam que a escola não deve eliminar as formas populares de fala, mas ampliar a competência comunicativa dos estudantes, permitindo-lhes utilizar a norma-padrão sem desvalorizar suas variedades de origem (BRASIL, 1998). De maneira semelhante, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de desenvolver competências relacionadas ao respeito à diversidade linguística e cultural, inserindo a variação linguística como objeto de conhecimento no componente curricular de Língua Portuguesa (BRASIL, 2018).

Além disso, pesquisas recentes apontam que muitos professores ainda encontram dificuldades para trabalhar a temática da variação linguística de forma efetiva no Ensino Fundamental II. Na prática, porém, a teoria não chegou na sala de aula. Pesquisa apresentada no Congresso Nacional de Educação mostra que professores do Fundamental II ainda travam na hora de trabalhar variação linguística (SOUZA, 2023). Falta formação específica e sobra medo de fugir da gramática tradicional. Com isso, o preconceito linguístico continua vivo na

escola, repetindo desigualdades que já existem fora dela. Dessa forma, percebe-se que o preconceito linguístico permanece presente tanto nas relações sociais quanto no contexto educacional, refletindo desigualdades históricas e culturais.

Conforme Bortoni-Ricardo (2004, p. 38), a escola desempenha papel fundamental na valorização da diversidade linguística e na construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. Ao reconhecer as variedades linguísticas como manifestações legítimas da língua portuguesa, a instituição escolar contribui para o fortalecimento da identidade sociocultural dos estudantes e para a redução de práticas discriminatórias relacionadas à linguagem. Nessa perspectiva, o aluno passa a compreender que sua forma de falar possui valor dentro de seu contexto social, fortalecendo o respeito às diferenças e a participação cidadã. Assim, o estudo da variação linguística deixa de ocupar uma posição secundária no ensino de Língua Portuguesa e passa a constituir um elemento essencial para a construção de uma educação crítica e humanizada.

Diante desse cenário, este trabalho analisa como a variação linguística e o preconceito linguístico se cruzam no ensino de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental. A pesquisa reflete sobre os desafios que os professores enfrentam e defende práticas que valorizem a diversidade linguística da escola. Para isso, dialoga com documentos oficiais e estudos acadêmicos que apontam caminhos para um ensino de língua mais inclusivo, crítico e comprometido com a formação cidadã.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Variação linguística e preconceito linguístico

A língua não é estática. Ela muda junto com a sociedade, a cultura e a história de quem fala. Por isso a Sociolinguística trata a diversidade linguística como regra, não exceção. Labov (2008), um dos pais da área, mostra que variação e mudança fazem parte da estrutura da própria língua. Falar diferente não é desvio: é reflexo direto das práticas sociais de cada grupo.

Ao considerarmos que a língua, inevitavelmente, varia, então não existe um único "certo". Existem variedades que funcionam melhor em cada contexto social. O problema começa quando a sociedade elege uma variedade como superior e carimba as outras de "errada". É aí que nasce o preconceito linguístico. E ele bate mais forte nas falas ligadas às classes populares. Bagno (2007, p. 15) resume bem “o preconceito linguístico se baseia na crença de

que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários.” (BAGNO, 2007, p. 15).

Na prática, isso coloca as variedades populares para as margens. E a escola, que devia acolher, acaba sendo o primeiro lugar onde o aluno ouve que seu jeito de falar "não presta". Para Bagno (2007), essa hierarquia não é inocente. Língua é poder. Quem domina a norma-padrão ganha selo de "culto" e acesso a espaços de prestígio. Quem não domina é julgado como incapaz, principalmente na escola. O autor critica a visão tradicional que chama de "erro" tudo que foge da gramática. Essa visão ignora que as falas populares têm lógica, regra e estrutura próprias. Só não estão no dicionário.

É para quebrar essa visão que Bagno escreve *A língua de Eulália*. No livro, ele mostra que o "nós vai" ou "para mim fazer" não são caos. São sistemas linguísticos completos, com regras que qualquer falante daquela comunidade entende. A Sociolinguística prova o ponto: diferença linguística não é déficit cognitivo. É só outro modo de usar a língua, tão válido quanto o da norma-padrão.

Neste sentido, discutir variação linguística na escola é mais que conteúdo de prova. É ferramenta contra o preconceito. Quando o professor reconhece que a língua portuguesa é plural, ele abre espaço para uma pedagogia inclusiva. O aluno deixa de ter vergonha da voz da família e entende que pode ser bilíngue na própria língua: usar a variedade popular em casa e a norma-padrão quando o contexto exige. Assim, a escola respeita identidades e forma cidadãos que sabem transitar entre mundos sem apagar quem são.

2.2 O preconceito linguístico no ambiente escolar

A escola é dialética e paradoxal. Ao mesmo tempo que pode combater o preconceito linguístico, ela é um dos lugares onde ele mais se repete. Por muito tempo, a aula de Português serviu só para ensinar a norma-padrão. As falas que o aluno trazia de casa eram tratadas como erro a ser corrigido. O resultado disso é cruel: Esse processo pode contribuir para a desvalorização da identidade linguística dos estudantes oriundos de grupos socialmente marginalizados, levando muitos deles ao silenciamento no ambiente escolar.

Bagno (2015) explica o mecanismo: a escola pega uma diferença linguística e transforma em desigualdade. O "nós foi" do aluno vira atestado de burrice. Com isso, o estudante aprende a ter vergonha da própria voz. E aluno com vergonha não aprende: ele se esconde. A autoestima despenca junto com a nota. Para Bagno, o papel da escola é o oposto. Não é apagar a variedade popular. É dar ao aluno mais uma ferramenta. Ensinar a norma-padrão para ele usar quando precisar, sem fazer ele odiar a língua que aprendeu com a avó.

Vale ressaltar que, de acordo com Bortoni-Ricardo (2004) vai direto na raiz do problema: falta de formação sociolinguística do professor. Muita gente ainda entra na sala achando que só existe um português certo: o da gramática. Esquece que a língua real é viva, muda e tem várias caras. Por isso a autora defende que o professor precisa partir do que o aluno já sabe. Ela resume numa frase que devia estar colada na sala dos professores visto que "a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e os alunos precisam estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa." (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 37).

Entender isso muda o jogo. A aula deixa de ser correção e vira negociação entre variedades. Em Nós cheguei na escola, e agora?, Bortoni-Ricardo dá o caminho: a escola tem que ser ponte, não muro. A ponte liga a variedade que o aluno domina à norma-padrão que ele precisa aprender. Isso significa começar a aula pelo "nóis cheguei" e só depois chegar no "nós chegamos". Usar o conhecimento linguístico do estudante como degrau, não como lixo. Quando o professor faz isso, ele não discrimina. Ele ensina.

Outrossim, ainda em se tratando da temática em tela, estudos sobre preconceito linguístico na escola apontam que a discriminação relacionada à linguagem reforça desigualdades sociais e culturais. Quando o aluno é ridicularizado por sua forma de falar, ocorre um processo de exclusão simbólica que compromete sua participação no ambiente escolar e seu desenvolvimento educacional.

Portanto, enfrentar o preconceito linguístico exige mais que boa vontade. Exige professor com postura crítica e método. Postura para entender que "erro" é só nome que a norma-padrão dá para diferença. Método para criar atividades que partem da fala do aluno e chegam na escrita monitorada, sem humilhar ninguém no caminho. Só assim a aula de Português deixa de ser fábrica de silêncio e vira espaço de ampliação de repertório.

2.3 Sociolinguística e ensino de Língua Portuguesa

Quando a Sociolinguística entra na sala de aula, a aula de Português muda de cara. O foco sai da decoreba de regra e vai pro uso real da língua. O aluno deixa de ser corrigido o tempo todo e passa a refletir sobre como e por que a gente fala diferente em cada situação. A norma-padrão continua lá, mas agora divide espaço com a vida linguística que o estudante já vive fora da escola.

Cyranka (2023) mostra como isso funciona na prática. Para ela, entender a língua como fenômeno social é o primeiro passo para uma aula inclusiva. O professor para de caçar "erros" e começa a criar estratégias para o aluno comparar falas. O objetivo? Fazer o estudante perceber que existe jeito de falar no grupo de WhatsApp, na entrevista de emprego e na redação do ENEM. Todos válidos, cada um no seu lugar. Assim, a escola amplia o repertório em vez de encolher a identidade.

Marcuschi (2001) entra com outra peça-chave: parar de tratar fala como rascunho da escrita. Para ele, oralidade é linguagem completa, com regra e poder. O problema é que a escola só legitima o escrito. A saída que ele propõe é a retextualização: pegar um causo contado pelo aluno e transformar em notícia, bilhete ou crônica. Nesse exercício o estudante entende a diferença entre falar e escrever sem ouvir que sua fala é "pobre" ou "feia". Ele aprende a transitar entre os gêneros.

A base de tudo isso é a pedagogia da variação. A Sociolinguística educacional parte de um fato simples: ninguém chega analfabeto na escola. O aluno de 11 anos já é falante competente da sua variedade. Ele sabe pedir, xingar, contar piada e argumentar. A aula de Português não precisa ensinar ele a "falar direito". Precisa mostrar a norma-padrão como nova opção no cardápio linguístico dele. Assim, o ensino soma em vez de substituir. Respeita o que o aluno é e dá ferramenta pro que ele quer ser.

Entretanto, nada disso acontece sem professor preparado. Lima (2020, p. 28) bate na tecla: a formação docente ainda é o gargalo. Muita licenciatura forma professor só na gramática normativa de 1980. Aí o profissional chega na escola, toma susto com o "tipo assim" do aluno e volta pro quadro para conjugar verbo. Para aplicar Sociolinguística de verdade, o professor precisa ter estudado variação, ter lido Bagno e Bortoni-Ricardo na graduação, e não só no mestrado. Senão a BNCC vira só papel bonito.

Diante disso, levar a Sociolinguística para aula de Português é decidir que tipo de escola queremos. Uma perspectiva centrada exclusivamente na gramática normativa pode limitar o reconhecimento da diversidade linguística, segue só com gramática. Se quer uma escola que forma cidadão crítico, usa a variação linguística como matéria-prima. É ela que torna o ensino de língua democrático: dá ao filho do gari e ao filho do médico o mesmo direito de ter sua voz respeitada e de aprender todas as outras vozes que o mundo exige.

2.4 O papel da escola e dos documentos oficiais no combate ao preconceito linguístico

Em teoria, no papel, o Brasil já venceu o preconceito linguístico. Faz tempo que os documentos oficiais mandam a escola respeitar a diversidade da língua. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, lá em 1998, já tratavam a língua como prática social, não como lista de regras (BRASIL, 1998). Ou seja: a lei já entendeu que português não é só um. O problema é fazer essa lei sair dos documentos oficiais e entrar na sala de aula.

Os PCN foram diretos: o aluno tem que aprender a ser adequado, não a ter vergonha. Adequado significa saber que a fala da mesa de bar é diferente da apresentação de seminário. As duas são certas, cada uma no seu contexto. O documento proíbe que a escola use a aula de Português pra humilhar quem fala diferente. Pelo contrário: manda a escola formar cidadão que respeita a diversidade cultural, começando pela língua que o colega traz de casa.

A BNCC, de 2018, apertou ainda mais esse parafuso. Ela colocou o combate ao preconceito linguístico como competência obrigatória de Língua Portuguesa (BRASIL, 2018). Não é sugestão. É currículo. O texto diz que o aluno deve sair do Fundamental sabendo criticar quem julga pela fala e reconhecendo que sotaque, gíria e variação regional são parte da identidade de quem fala. Em outras palavras: se a escola ensina só gramática e ignora variação, está descumprindo a BNCC.

Mas documento não dá aula sozinho. Bortoni-Ricardo (2008) joga a responsabilidade pro chão da escola: o professor pesquisador. Para ela, o bom professor é aquele que observa como seus alunos falam de verdade. Ele anota, pesquisa, entende a lógica da comunidade e só depois planeja a aula. A pesquisa qualitativa vira ferramenta de trabalho. Assim, a ponte entre a variedade do aluno e a norma-padrão não é feita no chute. É feita com dado, com escuta e com respeito.

Por isso, a escola tem que escolher um lado. Ou continua sendo cartório da norma-padrão, que carimba "errado" na fala do aluno, ou vira laboratório de cidadania linguística. Laboratório é onde se testa, compara, entende e amplia. Nesse espaço, o estudante aprende que pode falar "nós vai" com a família e escrever "nós vamos" na redação do IFPB sem trair ninguém. Ele usa a língua de forma consciente porque entendeu o jogo, não porque decorou. Garantir esse direito é a forma mais concreta de combater o preconceito linguístico.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este estudo adota abordagem qualitativa. O foco recai sobre a interpretação de discussões que envolvem variação e preconceito linguístico no ensino de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental. Em outras palavras, busca-se entender como a Sociolinguística educacional ajuda a enfrentar o preconceito linguístico na escola. Para isso, foram analisadas práticas pedagógicas, documentos oficiais e pesquisas acadêmicas ligadas ao tema.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. O trabalho se apoia na comparação de artigos, livros, dissertações e documentos oficiais que tratam de variação linguística e ensino de Língua Portuguesa. Entraram no corpus produções de Bagno, Bortoni-Ricardo, Labov, Cyranka e Sousa e Carvalho, entre outros nomes da Sociolinguística e da educação linguística. A seleção priorizou a relevância para o debate sobre preconceito linguístico e sua relação com o contexto brasileiro. Não foi escolha aleatória.

Bortoni-Ricardo (2008) explica que a pesquisa qualitativa interpreta fenômenos sociais situados. É justamente esse olhar que permite perceber os vínculos entre linguagem, cultura e sociedade. Por isso, a metodologia se mostrou apropriada para examinar como a diversidade linguística é tratada nas práticas de ensino.

A pesquisa foi dividida em quatro etapas, conforme descrito na tabela abaixo.

Etapas da pesquisa	Descrição
--------------------	-----------

Seleção das obras e documentos	A partir de artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais, foram selecionadas produções relacionadas à variação linguística, Sociolinguística educacional e preconceito linguístico no Ensino Fundamental.
Leitura das obras	Cada obra foi analisada com o objetivo de identificar discussões sobre diversidade linguística, ensino de Língua Portuguesa, formação docente e preconceito linguístico no ambiente escolar.
Comparação das pesquisas	As pesquisas foram comparadas com base em temas recorrentes, como valorização das variedades linguísticas, práticas pedagógicas, livro didático e formação de professores.
Análise dos resultados	As análises foram confrontadas com teorias sociolinguísticas e documentos oficiais, buscando compreender como o ensino de Língua Portuguesa pode contribuir para o combate ao preconceito linguístico.

Os critérios de análise partem da Sociolinguística educacional. O referencial vem de Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004), Labov (2008) e Cyranka (2023). Todos tratam a língua como prática social. Heterogênea, variável, viva.

Também entram no estudo os documentos oficiais da educação. PCN e BNCC orientam o ensino de Língua Portuguesa com base no respeito à diversidade linguística e cultural dos estudantes. A norma é clara nesse ponto.

Depois de selecionar o corpus, os textos foram lidos à luz das teorias definidas. O que os dados mostram? Que há um descompasso. Os documentos oficiais defendem práticas que valorizem a diversidade, sim. Mas aplicar isso na sala de aula ainda trava. O cotidiano escolar impõe barreiras.

Sousa e Carvalho (2025, p. 18) verificaram que a variação linguística ainda ocupa um espaço reduzido nos materiais didáticos analisados. Embora o tema esteja presente, a maior parte das atividades continua voltada para o ensino das regras gramaticais, deixando em segundo plano discussões sobre a diversidade linguística e sua relação com aspectos sociais e culturais. Segundo os autores, essa abordagem limita a compreensão da língua em sua pluralidade e dificulta a promoção de uma educação linguística mais crítica e alinhada aos pressupostos da Sociolinguística Educacional.

Já Souza (2023) mostra outro caminho. Práticas ancoradas na Sociolinguística tornam a educação mais inclusiva. Quando isso acontece, o estudante entende que a língua tem usos diferentes. E percebe que nenhum deles deveria ser motivo de discriminação.

Os resultados deixam algo evidente: é preciso mexer na formação docente. E ampliar, dentro da escola, a discussão sobre diversidade linguística. Só assim o ensino de Língua Portuguesa consegue ser de fato democrático, crítico e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variação linguística é natural na língua portuguesa. Ela reflete fatores sociais, culturais e históricos dos falantes. Mesmo com os avanços da Sociolinguística e as diretrizes da BNCC, o preconceito linguístico persiste nas escolas, sobretudo no Ensino Fundamental.

Estudantes ainda são julgados pela forma como falam. Isso atinge principalmente alunos de classes populares e de regiões fora do eixo dominante. O preconceito linguístico vai além da gramática. Ele reproduz desigualdades sociais. Bagno (2007) mostra que esse preconceito nasce da crença de que só a norma-padrão é “correta”. As outras variedades são tratadas como erro.

A Sociolinguística educacional oferece saídas. A pedagogia da variação defende que a escola valorize a língua que o aluno já traz. Assim, desenvolve a competência comunicativa sem negar a identidade do estudante. O ensino de Língua Portuguesa precisa abandonar o foco só na norma. Precisa tratar a língua como prática social, heterogênea e viva.

A BNCC reconhece a diversidade linguística. Determina o respeito às diferentes formas de falar e o combate ao preconceito. Mas há um abismo entre o documento e a sala de aula. Muitas escolas ainda ensinam só a norma-padrão.

Ressignificar o preconceito linguístico exige três ações: formar professores com visão crítica, mudar práticas pedagógicas e debater diversidade linguística na escola. Valorizar as variedades do português não é só questão de língua. É questão social, cultural e de cidadania. Garante educação inclusiva, democrática e que respeita o aluno.

Este trabalho pretende provocar reflexões sobre o papel da Sociolinguística no ensino. Que gere novas pesquisas e práticas que valorizem a diversidade e enfrentem o preconceito linguístico nas escolas.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico e ensino**. Línguas & Letras, Cascavel, v. 16, n. 34, p. 15-33, 2015. Disponível em: <http://saber.unioeste.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. Letras & Letras, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 29-42, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 26 maio 2026.

CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. **Sociolinguística aplicada ao ensino de língua portuguesa**. Palimpsesto, Rio de Janeiro, v. 22, n. 42, p. 234-251, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LIMA, Ana Paula. **A sociolinguística na formação docente**: um estudo sobre variação linguística. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, G. L. de; CARVALHO, D. P. B. de. **A perspectiva da Sociolinguística Educacional no Livro Didático “Tecendo Linguagens: Língua Portuguesa”**, de Oliveira e Araújo (2018): The perspective of Educational Sociolinguistics in the Textbook “Weaving Languages: Portuguese Language”, by Oliveira and Araújo (2018). **Revista Cocar**, [S. l.], v. 23, n. 41, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9578>. Acesso em: 3 jun. 2026.

SOUZA, Maria Clara de. **Práticas de ensino e variação linguística**. REACL, Cáceres, v. 8, n. 15, p. 45-60, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br>. Acesso em: 26 maio 2026.